

Os Desafios para a Defesa dos Direitos Indígenas na ABA

Elaine Moreira¹

Início com um depoimento sobre o trabalho da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), nos últimos anos. É importante assinalar o volume de notas de denúncias de violação dos direitos indígenas elaboradas pela CAI, não apenas nos últimos quatro anos, mas desde o período do Governo Temer. Foram, em média, mais de uma nota por mês, praticamente notas de denúncia. Todo mundo estava cansado de fazer notas; eu imagino que os outros Comitês passaram por essa experiência. Chega uma hora e nos perguntamos: será que vale a pena? Será que vamos fazer de novo? No final, avaliamos que as notas e o envio delas às autoridades era um importante registro do período de violações de direitos em nosso país. Os registros das violações eram importantes, mesmo sem a expectativa de resposta do governo. Outro desafio para a CAI foi apresentar o texto como *amicus curiae* [no processo de julgamento do Marco Temporal no STF]. A orientação do Paulo Machado, assessor jurídico da ABA, foi fundamental e o diálogo que conseguimos com a APIB também nos atualizava sobre as ações junto ao STF.

Mas gostaria de chamar a atenção para os rastros de violência que os últimos anos deixaram nos territórios onde fazemos nossas pesquisas. O desastre é impressionante. Dentre as coisas mais importantes que a ABA

¹ Professora de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) e co-coordenadora da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA (Gestão 2023-2024).

precisa fazer, precisamos conversar, por exemplo, sobre essa nova linguagem que chega onde atuamos como pesquisadores: emergência humanitária, indígenas refugiados... Estamos importando uma linguagem que vem das agências internacionais e que é aplicada em contexto de guerra. E estamos meio que sem conversar melhor sobre isso. Eu gostei muito de uma notícia que me chegou do Ministério dos Povos Indígenas, tratando da questão dos Warao, que estão aqui presentes, e a ministra falou: “não, espera aí, nós vamos querer discutir melhor o que significa migrante indígena”, antes de incorporar esse conceito como uma coisa já óbvia.

Penso que precisamos tomar muito cuidado. Como antropólogos, como ABA. Tomar cuidado com as palavras que usamos é muito importante. Eu trabalho com os Ye'kwana e esse é o povo que vive também na terra Yanomani. Não é a mesma coisa voltar hoje na área da Comunidade onde eu morei, onde eu levei minhas filhas, meu esposo. Não é a mesma coisa voltar hoje nesse mesmo local, devido às doenças e violência sofridas por esse povo. E não é a mesma coisa em muitos outros locais. O tema do crime organizado, por exemplo, tem sido uma constante em muitos territórios. Antes, as drogas eram uma coisa que não estava em todos os lugares. E por último, a pandemia também deixou um outro rastro nos territórios.

Nós também começamos a ver que mesmo as terras homologadas foram invadidas; muita gente tem falado do caso dos Yanomani e Ye'kwana. Outras terras também homologadas foram destruídas. Nosso esforço agora é o de imaginar algo contra a repetição dessas violações que seja mais estrutural, que não seja fácil de destruir, como foi comentado anteriormente sobre a fala da Ministra Marina. Ela estaria dizendo que nós fizemos muita coisa e foi muito fácil para destruir. Agora, nós temos que fazer talvez menos coisas, mas que sejam muito mais difíceis de serem destruídas. Isso cabe também para o nosso campo.

A questão do Marco Temporal é um outro tipo de violência; é a violência da negação de sujeitos de direito. É como se estivéssemos dizendo: “estes são sujeitos de direitos; esses aqui, não”. É uma violência epistêmica, moral, jurídica, que deve continuar sendo uma prioridade da ABA nessa

luta, nesses próximos meses. Seguiremos nessa reconstrução, mas temos que falar de toda a violência que realmente foi deixada nos territórios. Como antropóloga, fico imaginando: voltar para a aldeia nunca mais será como antes, pelo que eu acompanho com os jovens hoje na universidade. Voltar para a aldeia onde eu trabalhei. Os que eram adolescentes, hoje estão nas associações; não é mais a mesma coisa, os problemas são outros.

Temos que falar de outros temas. Temos que, talvez, pensar em como vamos ouvir as violências. Neste momento, tem pessoas lá na aldeia onde eu trabalhei que ouviram as mulheres chorarem ao falarem das roças. A roça foi onde eu mais andei com as mulheres e era um espetáculo. O que aconteceu nesses seis anos? Temos que pensar as fronteiras. É outro tema que talvez a ABA precise se envolver melhor, porque, nas fronteiras da Amazônia, onde eu trabalhei, tinha pelotão militar. Surucucu tem o pelotão militar, a briga para ter o pelotão militar na Raposa Serra do Sol, Vale do Javari tem o pelotão militar... e o que que aconteceu? O que que aconteceu para a gente estar enfrentando o que a gente tem que enfrentar?

Outra coisa que talvez precisamos ter, cada vez mais, é uma intersecção dentro da ABA para quem trabalha na Amazônia, sobretudo quem trabalha com áreas de indígenas isolados, territórios mais protegidos, que a gente achava que estava protegido e que não está. De entender melhor, com outros colegas da ABA, o que que é essa violência, o que que é o crime organizado, como se pesquisa o crime organizado. Eu acho que a gente vai ter que começar a falar mais entre nós; como instituição, ter espaço de debates sobre isso.